

Fórum Nacional da Previdência Social

Cenários futuros, justiça social e sustentabilidade previdenciária.

Informativo

Ano 1 – Número 2 – Junho 2007

Lideranças opinam sobre o Fórum

Nesta sétima reunião (19/6) do Fórum Nacional da Previdência Social, os representantes dos trabalhadores, do governo e as bancadas de trabalhadores e empregadores darão seqüência ao workshop iniciado no encontro de 22 de maio. O objetivo é aprofundar a discussão em torno dos grandes temas do modelo previdenciário brasileiro. Esses debates são de grande importância para governo, trabalhadores ativos e aposentados, pensionistas e empregadores, pois, a partir deles, serão elaboradas

propostas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

A discussão dos temas seguirá nas reuniões dos dias 3, 17 e 31 de julho. Em agosto, nos dias 9 e 22, serão elaboradas propostas a serem encaminhadas ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que as enviará ao Congresso Nacional.

Na última reunião, realizada no dia 22 de maio, algumas lideranças falaram sobre as suas expectativas com relação ao Fórum. Confira os depoimentos:

José Augusto Coelho Fernandes Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A CNI, juntamente com as demais confederações empresariais, tem dado extrema importância ao Fórum Nacional da Previdência Social. Nós entendemos que o tema Previdência é importante por causa de regras do passado e de mudanças que vêm sendo registradas tanto na demografia quanto no mercado de trabalho.

Nós temos que adaptar as regras vigentes, de acordo com as tendências que foram identificadas na fase de diagnóstico do Fórum. Os temas que foram colocados nesta fase são, na

nossa visão, os que têm que ser enfrentados: a questão demográfica e o impacto sobre a idade, as mudanças do papel da mulher na Previdência, a relação entre as regras de indexação dos benefícios ao salário mínimo, a questão da pensão. Ou seja, o mapeamento do diagnóstico é a nossa agenda de trabalho.

Além disso, entendemos que a Previdência hoje é um dos principais itens da composição dos gastos públicos e toda a sociedade precisa conhecer a eficiência e a equidade dos gastos.

Cid Heráclito de Queiroz Confederação Nacional do Comércio (CNC)

Nós estamos aprendendo no Fórum. Ouvimos brilhantes palestras, algumas delas trouxeram novidades para a nossa Confederação. E, hoje, tivemos uma apresentação brilhante do Helmut Schwarzer, que fez uma síntese de tudo que ouvimos aqui. Acho que ele colocou com muita felicidade os grandes temas.

Eu me fixo, principalmente, no financiamento da Previdência. Que se dê transparência às contas da Previdência, indicando com clareza as renúncias previdenciárias, porque isso nos levaria a reduzir o déficit de R\$ 42 bilhões para R\$ 4 bilhões. Então, isso é básico para a sustentabilidade.

Integrantes do Fórum

Governo Federal: Casa Civil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e ministérios da Previdência, Trabalho e Emprego, Planejamento, Fazenda, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Trabalhadores ativos e aposentados: Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral de Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Social Democracia Sindical (SDS).

Empregadores: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Observadores: Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (SINTAP/CUT), Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINASPI/FS), Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Movimentos de Mulheres e Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV).

Tomás Tosta de Sá

Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)

Em primeiro lugar, quero elogiar a primeira etapa do Fórum, onde tivemos apresentações de excelentes técnicos, que fizeram palestras sobre temas bem escolhidos. Enfim, foi uma etapa de altíssima qualidade. Agora, vamos ter que perceber como chegar a um processo de convergência de opiniões, a partir dos pontos abordados e diagnosticados na etapa inicial.

A minha expectativa é que consigamos convergir, principalmente se pudermos separar o modelo atual da Previdência Social de um novo modelo, para novos participantes. Isto reduz as divergências, inclusive as de natureza política, pois implica olhar o futuro deste país e ver de que forma você vai viabilizar a aposentadoria para as futuras gerações.

Temos um conjunto de problemas sérios para serem enfrentados, porque, caso contrário, este país vai ficar com despesas altíssimas com aposentadorias, visto que o envelhecimento da população é um fato real. Da pirâmide etária estamos passando para um barril etário.

No entanto, quando você coloca em debate a questão a atual idade de aposentadoria, isso gera uma grande polêmica. Já, quando se diz que para os novos, os que ainda não entraram no sistema, nós poderemos fixar uma idade mais avançada para a aposentadoria, porque o processo vai se colocar só daqui para a frente, isso significa que não vai atingir nem direito nem expectativa de direito adquiridos.

João Batista Inocentini – Força Sindical

A proposta que nós queremos discutir é a de uma Previdência para o futuro, para os nossos filhos e para os nossos netos. Mas nós entendemos, também, que devemos fazer um arranjo agora, algumas modificações, pois existem muitas distorções. Por exemplo, nós não abrimos mão da gestão do INSS, da seguridade social. Também queremos uma nova forma de arrecadar. Entendemos que a forma de arrecadar da Previdência está muito atrasada, ela foi feita há muitos anos, quando havia 20 trabalhadores para um aposentado. Então temos que mudar. Também defendemos uma Previdência única. O que significa isso? Hoje, para cada tipo de aposentadoria, existe uma forma de cálculo, o que leva à possibilidade de corrupção. Hoje, temos máquinas que calculam a aposentadoria por invalidez. Queremos acabar com essas possibilidades, porque é o nosso dinheiro que está sendo extraviado e sendo pago a pessoas que não teriam direito ao benefício. Então, queremos discutir essas coisas e implantar logo.

Quanto a Previdência do futuro, entendemos que a

questão da idade vai se resolver automaticamente. Na nossa época era diferente, as pessoas começavam a trabalhar com 13, 14 anos e ficavam anos no mesmo emprego. Hoje, começam com 25 anos, há uma rotatividade muito grande - o trabalhador não consegue ficar durante 35 anos no mesmo emprego - e acaba se aposentando com 60, 65 anos. Então, isso não é prioridade nossa, neste momento.

Já com relação aos anos trabalhados, nós entendemos que, como a expectativa de vida dos brasileiros está aumentando, poderemos até discutir, em troca do fator previdenciário, não aposentar por idade, aposentar, por exemplo, aos 35 anos de serviço com 70% do benefício. Ou com 40 anos e mais 10% do benefício. Hoje, na prática, a gente continua trabalhando, então esses anos que o trabalhador permanece no mercado podem servir para aumentar o benefício. Isso levaria as pessoas a não aposentarem com 50 anos, mas com 60, 65 anos, para aumentar a renda familiar.

Arthur Henrique – Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Em primeiro lugar, nossa expectativa é no sentido de garantir o conceito de seguridade social. Não é apenas a Previdência Social, mas Previdência, Assistência Social e Saúde, como um conceito amplo de Seguridade Social que deve ser mantido e ampliado. E, em segundo lugar, criar ações e propostas concretas, para combater à informalidade, diminuindo o número de trabalhadores que estão no mercado informal e, portanto, aumentando as receitas na Previdência.

Em terceiro lugar, temos as questões relativas à nossa posição no sentido de que é preciso mudar, por exemplo, a forma de cobrança das empresas. Nós defendemos que é preciso cobrar não mais pela folha de pagamentos, mas pela folha de

pagamentos e faturamento, privilegiando, portanto, as empresas que são intensivas em mão de obra e não aquelas que são intensivas em tecnologia.

Para a inclusão previdenciária, temos várias idéias. Uma delas diz respeito ao PAC: os financiamentos têm que ter em contrapartida a contratação de trabalhadores com carteira assinada. Outra idéia é o aumento da fiscalização para as empresas que fraudam a legislação trabalhista. Também pensamos na desoneração tributária. Portanto uma reforma tributária que seja progressiva, que atinja aqueles que querem ganhar dinheiro no mercado financeiro mas não aqueles que querem produzir, gerar empregos e aumentar as riquezas do país.

Evandro José Morello

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

A Contag entende que o primeiro ponto a ser pensado é uma regra que permita a inclusão dos trabalhadores que estão fora do sistema previdenciário. Para isso, é necessária uma fundamentação do conceito de seguridade social, toda a base de fontes de custeio. Também não dá para dissociar a política de previdência da política de assistência social para essa finalidade. Precisamos, inclusive, pensar um novo modelo de gestão. Nós

entendemos que o modelo de gestão com participação efetiva de trabalhadores e empregadores cria uma responsabilidade adicional que é a de acompanhar toda a administração da Previdência e da Seguridade Social.

Devemos pensar o Fórum a partir desses elementos e, também, dos aspectos demográficos e outras questões que estão sendo colocadas

em discussão nas reuniões. Muitos temas não avançam porque são colocados de forma isolada. Se quisermos discutir, por exemplo, apenas a questão da idade da aposentadoria de homens e mulheres, o tema não avança porque, primeiro, é preciso discutir a gestão, o sistema de financiamento, o modelo de uma Previdência sustentável, solidária e redistributiva.

Demografia

As mudanças demográficas no Brasil têm papel fundamental nas propostas que serão formuladas para garantir uma Previdência Social sustentável a longo prazo. Confira as contribuições dos especialistas nas últimas reuniões.

Na primeira reunião, realizada em 7 de março, o tema foi Transformações Demográficas e Previdência. Para o gerente de Estudos e Análise Demográfica do IBGE, Juarez de Castro Oliveira, o envelhecimento da população brasileira é irreversível. Segundo Oliveira, a projeção para o período de 2030 a 2050 é que a população com 80 anos de idade cresça 2,8% ao ano, enquanto a população do país terá um crescimento médio de 0,9% ao ano.

O envelhecimento da população aliado com a queda da fecundidade (hoje, a média é de 1,3 filho por mulher economicamente privilegiada e de 4 filhos por mulher menos privilegiada, enquanto que até meados dos anos 60 cada mulher tinha seis filhos, em média) exige, segundo o gerente, políticas pensadas como políticas de Estado e não como políticas de Governo, para que haja continuidade, pois o comprometimento da Previdência Social é expressivo nesse cenário.

Já Ana Amélia Camarano de Mello Moreira, do IPEA, disse que a maior conquista do Século XX é que as pessoas estão vivendo mais, mas que isso, aliado ao fato de a população economicamente ativa estar encolhendo, exige o aprofundamento das reflexões.

Ana Amélia ressaltou também que outra fonte de desequilíbrio é que quase

metade da população economicamente ativa está na informalidade, o que gera problemas de financiamento para a Previdência Social e para a Seguridade Social como um todo, uma vez que essas pessoas, no futuro, dependerão de benefícios assistenciais.

Ana Amélia sugere medidas como a contribuição previdenciária sazonal para pessoas, por exemplo, que trabalham com turismo; idade mínima para aposentadoria; fim da aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade, uma vez que muitas pessoas atingem essa idade com plena capacidade produtiva; instituição da aposentadoria parcial, com o indivíduo trabalhando metade do tempo e recebendo metade da aposentadoria. A aposentadoria parcial, segundo Ana Amélia Camarano, permitiria ao trabalhador um desligamento progressivo do mercado de trabalho. Outras idéias são repensar as diferenças das aposentadorias por sexo (hoje, a mulher se aposenta mais cedo que o homem) e o acúmulo da aposentadoria com a pensão por morte, por exemplo.

A apresentação do chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE), Oswaldo Oliva Neto, teve como tema “O Brasil 3 Tempos e a Previdência”. Oliva apresentou as contribuições que o NAE pode oferecer ao Fórum a partir de consultas realizadas com vários segmentos da sociedade brasileira.

O sistema previdenciário foi um dos temas estratégicos apontados pela população nas pesquisas. O projeto “Brasil 3 Tempos” busca construir uma

agenda de soluções para os problemas do País, dentro de uma visão de longo prazo. Na pesquisa “O Futuro do Brasil”, que contou com a participação de mais de 40 mil pessoas, o tema foi percebido como 16º no ranking de 50 prioridades nacionais e considerado pelos brasileiros como de grande importância (8,24 em uma escala de 0 a 9).

A possibilidade de que o Brasil consiga estruturar um sistema previdenciário financeiramente equilibrado, com regras equânimes para a iniciativa privada e serviço público, e capaz de proporcionar adequada proteção ao trabalhador brasileiro foi considerada pelos respondentes como altamente desejável (1,69 em uma escala de -2 a +2).

Mesmo assim, é possível notar que, de acordo com a percepção da população, o tema apresenta baixa probabilidade de ocorrência, tanto em 2015 quanto em 2022, entendimento semelhante em todos os segmentos populacionais, independentemente da faixa de renda e situação profissional. Mantido o atual cenário, o provável ano de conquista da meta é 2066. Com a aplicação de um planejamento estratégico de longo prazo, a conquista poderia ser antecipada para 2021, segundo os estudos do NAE (www.nae.gov.br).

Como forma de contribuir com o Fórum da Previdência, o NAE se propõe a firmar uma parceria para apoiar a realização de uma ampla consulta, com grande participação pública, cujos resultados permitam priorizar os temas relacionados ao assunto, validar suas propostas e projetar e modelar os cenários futuros.

Sistema previdenciário é alvo de mudanças em diversos países

Mudanças demográficas e no mercado de trabalho estão levando países de diversas partes do globo a discutirem a reformulação de seus sistemas de Previdência Social. O aumento da população idosa e a redução da taxa de natalidade levam a um envelhecimento precoce da população, que podem comprometer a sustentabilidade de sistemas previdenciários em todo o mundo.

Segundo Lissette Garcia, subsecretária de Previdência Social do Chile, o sistema de contas individuais, adotado há 25 anos obriga o trabalhador a estar bem posicionado no mercado de trabalho durante toda vida profissional para garantir uma boa aposentadoria. Mas, como o mercado não é perfeito, o resultado é que há uma grande quantidade de pessoas desprotegidas ou que não vão receber, sequer, o valor mínimo de aposentadoria. “Por isso, estamos fazendo modificações na lei. Está na Câmara de Deputados e esperamos que, até o início de 2008, já tenha sido aprovada. São grandes modificações, e a primeira é trazer de volta a palavra solidariedade. Nasce a pensão básica solidária para todos os chilenos, ou seja, se você não consegue se manter, o Estado te ajudará”, afirma Garcia.

Uma outra reforma proposta no Chile beneficiará a todos, mas especialmente as mulheres que sempre ganharam aposentadoria 30% menor que a dos homens, mesmo que tivessem condições exatamente iguais de trabalho e contribuição. Os homens, por sua vez, passarão a ter direito à pensão por morte, o que hoje não é possível. Segundo a diretora do ISSC, o Estado terá mais funções reguladoras, fiscalizadoras e de atenção direta aos usuários. O objetivo é que a população tenha mais informações sobre o sistema previdenciário.

No Equador, também, está sendo planejada uma ampla reforma no sistema de Seguridade Social, dentro da reforma constitucional por que passará o país. De acordo com Betty Amores, diretora geral do Instituto Equatoriano de Seguridade Social, o sistema de Previdência foi tão debilitado por governos anteriores que está praticamente desarmado. “Vamos fazer todos os esforços a nossa mão para reformular o marco constitucional da seguridade social, desgraçadamente debilitado devido à corrente neoliberal”, enfatiza Amores

No Paraguai, explica Pedro Ferreira, presidente do Instituto de Previdência Social, estão sendo discutidos diversos aspectos no que toca às reformas previdenciárias. A fórmula de cálculo das aposentadorias e pensões é um exemplo. Hoje o tempo computado para se calcular a aposentadoria é de três anos, mas a proposta é chegar a 20 anos. O objetivo é estimular os trabalhadores a recolherem as contribuições desde jovens pelo salário real. Também está sendo discutida a possibilidade de incluir no sistema o trabalhador independente, figura que hoje não é amparada pela legislação paraguaia.

Em Portugal, o grande problema é a média de vida da população, mais longa do que quando o sistema foi concebido, e o despreparo dos sistemas para pagar aposentadorias e pensões por períodos tão longos. Segundo

“Mudanças demográficas e no mercado de trabalho estão levando países de diversas partes do globo a discutirem a reformulação de seus sistemas de Previdência Social”

Maria Eugênia Nogueira, do Ministério de Segurança Social e do Trabalho, este é um problema que, associado à baixa taxa de natalidade, preocupa a todos os estados europeus. “Este regime de repartição, que são os trabalhadores que estão na ativa pagando as pensões daqueles que têm mais idade começa a não ser sustentável. Então, tanto em Portugal, como na

maioria dos países europeus, está a haver uma grande reforma dos sistemas de seguridade social para tentar evitar uma falência dos sistemas”, sustenta Nogueira.

Já Mony de Swaan, do Instituto Mexicano de Seguridade Social, considera que os problemas que o Brasil está se preparando para enfrentar são comuns à América Latina. Ele considera que a Europa, talvez, já tenha passado por uma transição demográfica que começa a ocorrer na América Latina, com a população que deixa de trabalhar cada vez maior que a que está na ativa. “Isto colocou as instituições de toda região em uma situação complicada. No caso do México, não se tomou as medidas no momento adequado para fazer frente à transição demográfica. Por isto, no México, foi feita há poucos meses, uma importante reforma na lei de Seguridade Social. Estamos estudando vários tipos de reformas. Desde medidas endógenas, que possam tornar o instituto mais eficiente, até a recomposição das fórmulas que dão origem ao seguro que oferecemos”, conclui de Swaan.

Expediente

Órgão oficial do Fórum Nacional de Previdência Social
Presidente: Luiz Marinho, ministro da Previdência Social
Secretário: Helmut Schwarzer, Secretário de Políticas de Previdência Social
Redação e Edição: Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Previdência Social
Esplanada dos Ministérios, Bloco F – Sala 829 – Ed. Sede
Brasília/DF – CEP 70.059.900 – (61) 3317 5109
www.previdencia.gov.br – acs@previdencia.gov.br

Ministério da
Previdência Social

